

PERSPECTIVAS DE DESENVOLVIMENTO PARA O SUL DE SANTA CATARINA

Angélica Massuquetti*
Cátia Fernanda da Silva**
Eduarda Martins Correa da Silveira***
Vanessa Krützmann****

35

Resumo: O artigo analisa o processo de desenvolvimento socioeconômico de quinze municípios do Sul de Santa Catarina, entre os anos 1991 e 2000, nas áreas de saúde, educação e renda, e propõe estratégias para seu desenvolvimento. Esses municípios constituíram, a partir de 2003, a Secretaria do Desenvolvimento Regional (SDR) de Araranguá. Nesse estudo é utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano – Municipal (IDH-M), além de outros indicadores socioeconômicos, como Produto Interno Bruto, PIB *per capita* e expectativa de vida ao nascer, entre outros. Os resultados obtidos mostram que houve avanço nos seus IDH-M entre 1991 e 2000, sendo mais expressivo na área da educação e revelando a necessidade de maior atenção para a dimensão renda, já que grande parte do incremento teve relação com a ampliação das transferências do governo para os municípios. Por fim, verifica-se a necessidade de programas governamentais que visem o crescimento econômico da região, como nas áreas de agropecuária e de turismo, e o aprimoramento do mercado de trabalho.

Palavras-chave: Desenvolvimento socioeconômico, Desenvolvimento regional, Descentralização política.

Abstract: The paper analyses the process of socioeconomic development of fifteen cities in the South of Santa Catarina, between the years 1991 and 2000, in health, education and income areas, proposing strategies for its development. These cities constituted, from 1993, the SDR of Araranguá. This study uses the Municipal Human Development Index (HDI-M) and other socioeconomic indicators, like GDP, GDP *per capita* and life expectancy. The results show that, regarding the evolution of the HDI-M between the years 1991 and 2000, there was an increase in all the municipalities studied, especially in the education area, revealing the need to give more attention to income, as almost all increase in this area was due to federal transfers to the municipalities. It was also possible to note the need for social programs that could increase the economic growth of the region, in agriculture and tourism areas, and the improvement in the labor market.

Keywords: Socioeconomic development, Regional development, Political decentralization.

Introdução

Os estudos regionais têm sido intensificados nas últimas décadas em razão das disparidades regionais oriundas do processo de industrialização. Os problemas regionais tornam-se evidentes com o crescimento econômico desigual e os governos têm priorizado as estratégias de desenvolvimento regional para resolvê-los. Neste contexto, o estado de Santa Catarina, em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), criou 30 Secretarias de Desenvolvimento Regional (SDRs)¹, em 2003, estimulado pelo

* Doutora em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, professora do Programa de Pós-Graduação em Economia da Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e-mail: angelicam@unisin.br.

** Mestre em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e-mail: silvacatia@hotmail.com.

*** Mestranda em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, bolsista da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior, e-mail: eduarda629@hotmail.com.

**** Mestre em Economia pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos, e-mail: vanessakrutzmam@hotmail.com.

processo de descentralização política, administrativa e fiscal promovido pela Constituição Federal de 1988. De acordo com Krützmann e Massuquetti (2010), a descentralização política representa a indispensabilidade de fortalecer a representação local e a participação popular, enquanto a descentralização administrativa refere-se ao repasse de certas responsabilidades na execução de políticas públicas da instância federal para os estados e municípios. Por fim, a descentralização fiscal representa a divisão das receitas do nível federal com os níveis subnacionais do governo.

O governo de Santa Catarina promoveu, desde 2003, um plano de desenvolvimento regional para o estado através de um conjunto de atividades que incluíram: debates sobre os caminhos para o desenvolvimento entre entidades públicas e privadas e atores sociais, em todas as regiões catarinenses; elaboração de Plano Plurianual, identificando as prioridades das regiões para a alocação dos recursos do orçamento estadual; planos de ação para todas as SDRs; planos de ação setoriais, permitindo estabelecer diretrizes específicas; identificação dos aglomerados produtivos no estado; e ação do PNUD na região de Araranguá por meio do Projeto Meu Lugar (MEU LUGAR, 2009).

Para Butzke, Theis e Goularti (2009), a criação das SDRs teve o objetivo de promover o desenvolvimento territorial equilibrado e sustentável. A implantação das Secretarias pode ser um rompimento da forma tradicional da gestão pública, gerando um novo paradigma de desenvolvimento econômico, pensado no âmbito local e voltado para a articulação dos atores sociais. A missão das SDRs é de constituir um espaço, em nível regional, que se destine a construir parcerias tanto econômicas quanto sociais, utilizando-se da articulação política que tenha interesses locais e regionais e que se centre em montar estratégias específicas para o desenvolvimento do estado. A região de Araranguá, localizada no Sul do estado, foi uma das beneficiadas por este processo, contando com quinze municípios e denominando-se SDR Araranguá.

O planejamento descentralizado no estado de Santa Catarina demonstra a relevância do tema do desenvolvimento regional e esse estudo pretende analisar o processo de desenvolvimento socioeconômico desses quinze municípios, entre os anos 1991 e 2000, nas áreas de saúde, educação e renda, e propor estratégias para o seu desenvolvimento. Apesar dos indicadores analisados serem anteriores à constituição da SDR, acredita-se que seja possível considerar que esses municípios já integravam um espaço (econômico) de relações econômicas, sociais, institucionais e políticas e que, a partir de 2003, consolidaram um espaço de planejamento, como definido por François Perroux (COSTA; NIJKAMP, 2010).

Nesse estudo é utilizado o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), desenvolvido e calculado em parceria pelo PNUD, pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e pela Fundação João Pinheiro, além de outros indicadores socioeconômicos, como Produto Interno Bruto (PIB), PIB *per capita*, expectativa de vida ao nascer, taxa de alfabetização, entre outros. Assim como o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), o IDH-M também varia entre 0 e 1, sendo 0 quando não há desenvolvimento e 1 quando há desenvolvimento total (divididos em grupos: baixo desenvolvimento – até 0,499; médio desenvolvimento – entre 0,500 e 0,799; e alto desenvolvimento – maior do que 0,800). O IDH-M é obtido pela média aritmética simples dos seus três subíndices, referentes à longevidade (IDH-M Longevidade), à educação (IDH-M Educação) e à renda (IDH-M Renda).

Esse artigo está dividido em cinco seções: introdução; importância do desenvolvimento regional; caracterização da região de estudo; análise e discussão dos resultados; e, por fim, as considerações finais.

Descentralização e desenvolvimento regional

Com a crise da dívida externa enfrentada pelos países latino-americanos nos anos oitenta, algumas medidas foram tomadas por parte do governo federal brasileiro, através da Constituição Federal de 1988, para a retomada do crescimento e dentre essas medidas estava a descentralização do poder público (política, administrativa e fiscal). Com a descentralização política, o governo pretendia que a população interagisse mais com as propostas governamentais, enquanto na descentralização administrativa o objetivo era repassar algumas responsabilidades de políticas públicas que antes eram executadas pelo governo federal para os estados e os municípios e, por fim, a descentralização fiscal representa a divisão das receitas do nível federal com os níveis subnacionais do governo.

As SDRs foram a forma que o estado de Santa Catarina buscou para se enquadrar na descentralização política. A fundação das Secretarias pode ser considerada um rompimento da forma tradicional da gestão pública. Essa descentralização ocasionou um novo formato de desenvolvimento econômico, pensado na esfera local e voltado para a junção de objetivos comuns entre população e governantes. A missão de cada SDR é constituir um espaço, em nível regional, que se destine a construir parcerias tanto econômicas quanto sociais, utilizando-se da articulação política que tenha interesses locais e regionais e que se centre em montar estratégias específicas para o desenvolvimento dos estados. Portanto, pode-se considerar as SDRs como regiões econômicas, na concepção de Boudeville (1972), pois todas têm em sua formação a contiguidade geográfica, estatisticamente mensurável e, além disso, foram constituídas a partir do prisma da tomada de decisão política, ou seja, sua determinação ocorreu dentro dos limites políticos-administrativos pertinentes. Pode-se verificar, também, que o planejamento feito pelo estado, quando vinculou uma região a um mesmo plano de desenvolvimento, pode ser visto como uma forma de classificação de espaço econômico definido por Perroux (1977): espaço de planejamento. O autor considera os espaços econômicos como um conjunto de relações (econômicas, sociais, institucionais, políticas etc.) estabelecidas a partir da atividade humana.

Butzke, Theis e Goularti (2009) relatam que a estratégia de criação das SDRs foi adotada, por parte do governo estadual, como uma tática de descentralização articulada “de cima para baixo”, ao invés de utilizar outros recortes espaciais já existentes no estado, ocasionando uma desarticulação dos Fóruns de Desenvolvimento Regional e das Associações dos Municípios², já existentes e bem integrados. Apesar das críticas ao modelo de descentralização catarinense, as SDRs revelam uma estratégia de planejamento, segundo os autores, que articula elementos convencionais de planejamento e novos, sustentados na democracia, na descentralização e na sustentabilidade.

O processo de descentralização é um importante elemento na análise político-econômica em razão da percepção de que a industrialização e a urbanização das regiões têm ocorrido de modo desigual, causando um crescimento das desigualdades regionais da renda *per capita*. As disparidades regionais são agravadas, portanto, pelo crescimento desigual, resultado da concentração e da centralização do capital industrial, da aglomeração geográfica das atividades econômicas, da desigualdade da distribuição pessoal e regional da riqueza e da renda, entre outros (DAL PIZZOL; MASSUQUETTI, 2009).

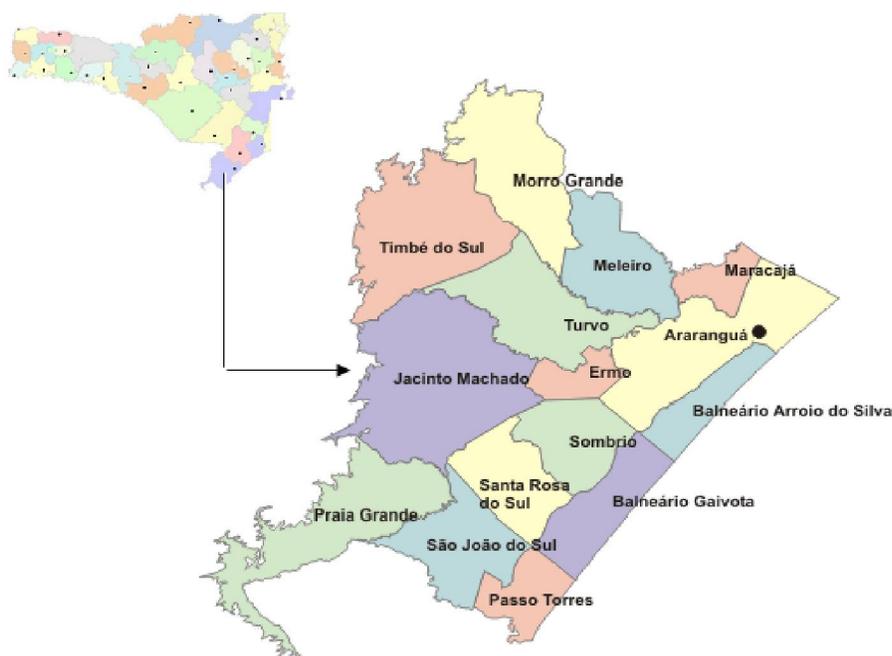
Caracterização da região

O estado de Santa Catarina possui 293 municípios e uma população de 6.248.436 habitantes (2010), distribuídos em uma área de 95.703,487 km² (2010), com uma densidade

demográfica de 65,29 habitantes/km² nesse mesmo ano (IBGE, 2011). A taxa de analfabetismo do estado é de 4,9% (2009), a expectativa de vida ao nascer da população catarinense estava em 73,69 anos em 2000 (ATLAS, 2009) e o coeficiente de mortalidade infantil era de quinze para mil nascidos vivos em 2009 (IBGE, 2011). No que se refere aos dados econômicos, o PIB a preços constantes de 2000 do estado, em 2008, foi de R\$ 63.815.395.000,60 e o PIB *per capita* foi de R\$ 10.540,00 nesse mesmo ano (IPEADATA, 2011).

O conjunto de municípios investigado, e que irá constituir a SDR Araranguá, localiza-se ao Sul do estado e sua área totaliza-se em 2.977,87 km², aproximadamente 3,12% da área de Santa Catarina (ATLAS, 2009). A região é formada por uma população de 175.908 habitantes (2009) (SDR ARARANGUA, 2011) e os municípios são: Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota, Ermo, Jacinto Machado, Maracajá, Meleiro, Morro Grande, Passo de Torres, Praia Grande, Santa Rosa do Sul, São João do Sul, Sombrio, Timbé do Sul e Turvo. A Figura 1 apresenta a divisão do estado em suas atuais 36 SDRs, a localização e os municípios da região de análise.

Figura 1 - Mapa de Santa Catarina e dos municípios da SDR Araranguá



Fonte: Elaboração própria a partir de SDR Araranguá (2011).

Em 2007, o PIB da região foi de R\$ 1.751.159.000 e o PIB *per capita* foi de R\$ 10.921 (SC, 2010, 2011). A Tabela 1 apresenta o número de habitantes, o PIB total e o PIB *per capita* dos municípios da SDR Araranguá, na qual é possível observar que há disparidades na região, já que apenas quatro municípios – Araranguá, Sombrio, Turvo e Jacinto Machado – detêm 55,46% do PIB da SDR. O município de Turvo apresenta o melhor desempenho nestes indicadores, estando em terceiro lugar no *ranking* do PIB e em segundo no que diz respeito ao PIB *per capita* (perdendo apenas para a cidade de Ermo, que possui 1.857 habitantes).

Tabela 1 - Número de habitantes, PIB total e PIB *per capita* dos municípios da SDR Araranguá, 2007 e 2009

Municípios	Habitantes 2009	PIB total R\$ mil - 2007	PIB <i>per capita</i> R\$ - 2007
Araranguá	59.537	596.850	10.449
Balneário Arroio do Silva	8.808	54.017	6.678
Balneário Gaivotas	7.959	47.519	6.503
Ermo	1.857	43.124	23.399
Jacinto Machado	11.051	125.275	11.666
Maracajá	6.185	91.082	15.414
Meleiro	7.063	102.301	14.869
Morro Grande	2.775	24.666	9.045
Passo de Torres	5.690	49.104	9.242
Praia Grande	7.318	51.139	7.182
Santa Rosa do Sul	8.241	60.346	7.592
São João do Sul	7.174	43.686	6.317
Sombrio	25.553	215.132	8.808
Timbé do Sul	5.260	40.960	7.980
Turvo	11.427	205.958	18.671
Total e PIB <i>per capita</i> médio	174.574	1.602.384	9.589

Fonte: Elaboração própria a partir de SC 2010 (2011).

A SDR tem sua economia fortemente baseada na agricultura, com 36,7% da população sendo considerada rural em 2000 e constituída por índios, negros, caboclos, açorianos, italianos, alemães e poloneses. A agricultura da região é formada, principalmente, por pequenas propriedades familiares, de produção diversificada (MEU LUGAR, 2009). Outra característica da atividade agrícola é que mais de 50% dos estabelecimentos possuem uma área inferior a 10 ha. Além disso, aproximadamente 73% dos estabelecimentos são caracterizados pelo agricultor proprietário, mesmo assim, a categoria arrendatário também está presente em 15% dos estabelecimentos (SANTA CATARINA, 2005). O arroz representa uma das principais culturas da região, sendo que três municípios da SDR – Turvo, Meleiro e Jacinto Machado – estão entre os dez principais municípios produtores de arroz em casca do estado de Santa Catarina (2006) (IBGE, 2011). Além disso, as culturas do fumo, do feijão, do milho, da mandioca, da cana-de-açúcar e de diversas frutas, como banana, além da criação de aves, de bovinos e de suínos, também estão presentes na SDR como importantes atividades do setor primário. Essa característica da região revela a importância desse setor para a ocupação da mão de obra da região.

Além da produção agrícola, a região também se destaca no setor mineral, com pedras, turfa, argila e areia; no setor vegetal, com madeira e palha e no setor animal, com peixe e mel (MEU LUGAR, 2009). A indústria, a construção civil e o comércio e serviços são importantes setores na geração de empregos para a região: grande parte do emprego (55,3%) está concentrada no comércio e serviços, restando 40,9% para a indústria. A concentração industrial nas cidades de Araranguá e de Sombrio (60% do total de indústrias da região) acaba tornando-as centrais na economia da região (SANTA CATARINA, 2005). A SDR Araranguá possui empresas de grande porte, que se encontram entre as 500 maiores empresas do país, como a Industrial Pagé Ltda – fabricante de máquinas de pré-limpeza, de transportadores e de secadores de cereais – e a Seara Alimentos S/A – produtora de frango inteiro, de produtos processados e de suínos (SC, 2008, 2009).

Em relação à constituição do PIB da região, de acordo com SPG (2009), o setor de serviços é a atividade de maior importância econômica na SDR e está presente como principal fonte de renda em cinco dos quinze municípios da secretaria. A indústria (predominante em

dois municípios) e a agricultura (predominante em oito municípios) completam o restante da composição econômica da região. Cabe destacar que a indústria é a principal fonte de geração de renda para o estado de Santa Catarina.

Os dados socioeconômicos da SDR são inferiores aos encontrados no estado, com uma taxa de analfabetismo média entre os municípios integrantes de 9,39% (2000) (ATLAS, 2009), uma expectativa de vida ao nascer, em 2000, de 72,6 anos e um coeficiente de mortalidade infantil de 19,26 por mil nascidos (2000). No que se refere ao saneamento da região, a SDR é considerada problemática, visto que “59,6% das residências não recebem água tratada, aproximadamente 92% delas não são atendidas por rede de esgoto e o serviço de coleta de lixo não atinge a toda população” (MEU LUGAR, 2009, p. 20). Mas, em relação à pobreza, à violência e à juventude, os dados são positivos, permitindo elevar a qualidade de vida da região (MEU LUGAR, 2009).

Resultados e discussões

Nesta seção são analisados os indicadores de desenvolvimento socioeconômico, nas áreas de longevidade, educação e renda, da região e dos municípios que a integram.

Longevidade

O subíndice da longevidade é calculado a partir da esperança de vida da população e pretende fornecer informações sobre a saúde da população. Os dados apurados para a região, nos anos de 1991 e 2000, mostram que houve avanço em todos os municípios integrantes, assim como para o estado e para o país, conforme pode ser visto na Tabela 2.

Tabela 2 - IDH-M Longevidade e esperança de vida ao nascer dos municípios da região, 1991 e 2000

Municípios/Região/ Estado/País	IDH-M Longevidade, 1991	IDH-M Longevidade, 2000	Esperança de vida ao nascer, 1991	Esperança de vida ao nascer, 2000	Varição na esperança de vida (%)
Araranguá	0,734	0,829	69,05	74,72	8,21
Balneário Arroio do Silva	0,734	0,767	69,05	71,04	2,88
Balneário Gaivotas	0,767	0,806	71,02	73,34	3,27
Ermo	0,704	0,767	67,22	71,04	5,68
Jacinto Machado	0,729	0,767	68,72	71,04	3,38
Maracajá	0,737	0,828	69,24	74,65	7,81
Meleiro	0,716	0,748	67,98	69,9	2,82
Morro Grande	0,792	0,856	72,51	76,38	5,34
Passo de Torres	0,734	0,816	69,05	73,98	7,14
Praia Grande	0,700	0,767	67,02	71,04	6,00
Santa Rosa do Sul	0,704	0,767	67,23	71,04	5,67
São João do Sul	0,729	0,767	68,72	71,04	3,38
Sombrio	0,767	0,829	71,02	74,72	5,21
Timbé do Sul	0,729	0,767	68,72	71,04	3,38
Turvo	0,749	0,821	69,97	74,25	6,12
Região*	0,735	0,793	69,10	72,61	5,08
Santa Catarina	0,753	0,811	70,20	73,70	4,99
Brasil	0,699	0,757	66,00	68,60	3,94

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009) para os dados municipais, da região e do estado; a partir de PNUD (2009) para o IDH-M Longevidade do país; q partir de IBGE (2011) para os dados de esperança de vida do Brasil.

Nota: (*) Para obter o IDH-M Longevidade da região, foi calculada a média dos municípios que a integram.

Dos municípios da região, sete conseguiram alcançar o alto desenvolvimento em 2000, sendo que os demais se enquadraram no médio desenvolvimento. Os municípios que obtiveram a esperança de vida mais alta e, por consequência, o melhor IDH-M Longevidade, foram Araranguá e Sombrio, com 74,72 anos. Ressalta-se que os municípios, com exceção de Meleiro, conquistaram índices melhores do que a média brasileira.

Na Tabela 3, pode ser verificada a esperança de vida por faixas etárias, permitindo a análise do avanço que os municípios obtiveram ao longo da década.

Tabela 3 - Esperança de vida ao nascer na região, 1991 e 2000

Faixa etária	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
66,00 a 68,00	4 (26,7%)	24.390 (17,5%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
68,00 a 70,00	8 (53,3%)	88.987 (64,0%)	1 (6,7%)	7.080 (4,4%)
70,00 a 72,00	2 (13,3%)	21.988 (15,8%)	7 (46,7%)	46.226 (28,9%)
72,00 a 74,00	1 (6,7%)	3.693 (2,7%)	2 (13,3%)	9.850 (6,1%)
74,00 ou maior	0 (0,0%)	0 (0,0%)	5 (33,3%)	97.013 (60,6%)
Total	15 (100,0%)	139.058 (100,0%)	15 (100,0%)	160.169 (100,0%)

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

Pelo exposto, verifica-se que no ano de 1991, dos municípios que constituem a região, oito deles apresentaram esperança de vida entre 68 e 70 anos. Da mesma forma, a maior parte da população (64%) vivia em regiões com esta esperança de vida. Vale destacar aqui que apenas um município (2,7% da população) tinha uma esperança de vida entre 72 e 74 anos. Ademais, nenhum município apresentou uma esperança de vida maior do que 74 anos em 1991. Ressalta-se ainda que, no referido ano, a esperança de vida no Brasil era de 64,73 anos (ATLAS, 2009). Com relação ao ano de 2000, o Atlas (2009) mostra que a região teve um aumento da esperança de vida entre os anos selecionados. Dessa forma, verifica-se que todos os municípios da região apresentaram esperança de vida superior a 68 anos. Em 2000 há sete municípios com esperança de vida entre 70 e 72 anos, ao passo que a maior parte da população (60,6%) vivia em municípios com esperança de vida superior a 74 anos. Ainda neste mesmo ano a esperança de vida do Brasil também era maior do que no início do período: 68,61 anos.

Assim, constata-se pelo apresentado que, no ano de 1991, o município com maior índice de longevidade era Morro Grande (0,792) e com menor longevidade era Praia Grande (0,700). Em 2000, os municípios com maior e menor índice de longevidade, respectivamente, foram Morro Grande (0,856) e Meleiro (0,748). Vale ressaltar que todos os municípios que compõem a região apresentaram incremento no índice entre os anos selecionados, com destaque para os municípios de Araranguá, Maracajá e Passo de Torres. Já os municípios com menores acréscimos nesse índice foram Meleiro, Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota.

Educação

Com relação ao tópico educação são analisados, principalmente, dois indicadores: taxa de alfabetização e taxa de frequência escolar. Na Tabela 5 foram analisados o IDH-M Educação e a taxa de alfabetização dos municípios da região de Santa Catarina e do Brasil. Pode-se verificar que, com relação à taxa de alfabetização, o município que apresentou maior percentual de pessoas alfabetizadas, em 1991, foi Araranguá, com 88,94%, possuindo, desta

forma, um IDH-M de 0,798. Já Timbé do Sul, que tinha apenas 81,33% de sua população alfabetizada, alcançou o segundo menor IDH-M entre os municípios da região, com 0,718. Cabe ressaltar que Santa Catarina obteve o melhor índice em 2000, com 0,808, alcançando o alto desenvolvimento. Ao comparar os municípios com o Brasil, além do IDH-M médio da região, oito municípios posicionaram-se acima do índice 0,745, alcançado pelo país. Já em 2000, observa-se que Turvo passou a ocupar a primeira posição com relação a esse indicador, com 93,25% da população alfabetizada, obtendo o terceiro IDH-M mais alto dos municípios: 0,889. Já no outro extremo, encontra-se Praia Grande que, nesse mesmo ano, teve o menor percentual da população alfabetizada, 87,66%, obtendo o IDH-M de 0,850. Na comparação dos índices obtidos pelos municípios em relação ao estado, somente Balneário Arroio do Silva ficou mais bem posicionado, obtendo um índice de 0,908, em relação ao 0,906 obtido pelo estado. Na comparação com o país, somente Timbé do Sul (0,844) obteve um índice inferior ao obtido pelo país (0,849).

Agrupando os municípios em faixas de taxas de alfabetização, conforme Tabela 4, nota-se que, em 1991, quatro municípios da região possuíam taxa de alfabetização num intervalo de 80 a 82,5%, três municípios apresentavam de 82,5 a 85% de sua população alfabetizada e oito municípios apresentavam taxas de alfabetização entre 85 a 90%. Observa-se que nenhum dos municípios apresentou taxa de alfabetização superior a 90%.

No ano de 2000, todos os municípios melhoraram seus percentuais com relação a esse indicador. No que se refere à taxa de alfabetização, é importante destacar que muitos municípios aumentaram consideravelmente o índice entre 1991 e 2000. Passo de Torres, por exemplo, evoluiu 9,26%, Santa Rosa do Sul, 8,96% e Ermo e Timbé do Sul, mesmo apresentando percentual de alfabetização inferior a 90%, apresentaram progressos significativos. De acordo com o Atlas (2009), em 2000, seis municípios apresentaram taxas de alfabetização entre 87,5 a 90% e nove municípios (representando 78% da população) apresentaram uma taxa de alfabetização superior a 90%.

Tabela 4 - Taxa de alfabetização na região, 1991 e 2000

Intervalos	1991		2000	
	Municípios	População	Municípios	População
80,00 a 82,50	4 (26,7%)	22.116 (15,9%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
82,50 a 85,00	3 (20,0%)	20.765 (14,9%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
85,00 a 87,50	4 (26,7%)	18.130 (13,0%)	0 (0,0%)	0 (0,0%)
87,50 a 90,00	4 (26,7%)	78.047 (56,1%)	6 (40,0%)	35.290 (22,0%)
90,00 ou maior	0 (0,0%)	0 (0,0%)	9 (60,0%)	124.879 (78,0%)
Total	15 (100,0%)	139.058 (100,0%)	15 (100,0%)	160.169 (100,0%)

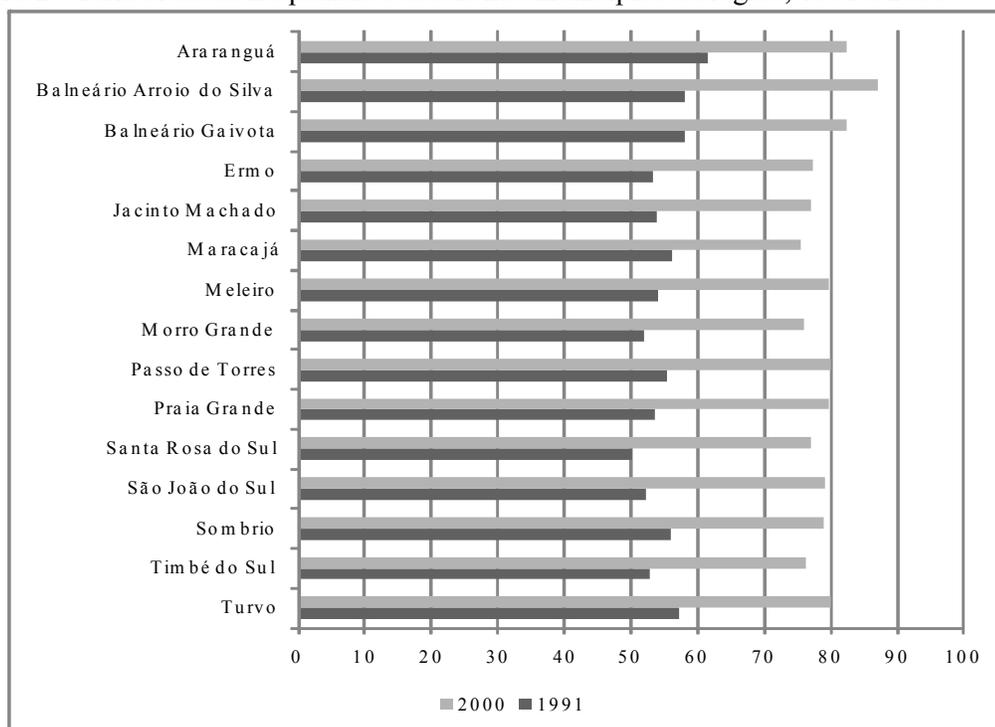
Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

SPG (2009) apresenta e compara dados dos municípios da região com o estado no item educação. O estudo indica que, no ano 2000, Turvo foi o único município com taxa de analfabetismo igual a do estado, 7,4%, e todos os demais municípios apresentaram taxas maiores. Em 1991, todos os municípios apresentaram taxas de analfabetismo muito maiores do que aquela apresentada pelo estado: 11,5%. Praia Grande, em 1991, possuía a maior taxa de analfabetismo, com 24,21%, enquanto Araranguá foi o município que mais se aproximou do percentual apresentado pelo estado, com 12,43% de analfabetos. Segundo Estudo (2005), a região possuía, em 2001, 231 estabelecimentos de ensino, dos quais 69,7% estavam situados na zona rural. O referido estudo também destaca que, com relação aos indicadores de educação, a região possui nível de desempenho médio para a educação básica, conforme o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB): média de 0,870. Tal índice é

calculado a partir de 14 indicadores que contemplam a educação infantil, o ensino fundamental e o ensino médio.

O segundo indicador a ser analisado referente ao item educação é a taxa bruta de frequência à escola. A Figura 2 revela que apenas Araranguá, em 1991, apresentava percentual de taxa de frequência escolar superior a 60%. Os demais municípios apresentaram percentuais entre 50,01% (Santa Rosa do Sul) a 58,11% (Balneário Gaivota). Em 2000, pode-se observar que Maracajá apresentou o menor percentual de taxa bruta de frequência escolar, com 75,41%. E Balneário Gaivota apresentou o melhor percentual para esse período: 86,99%. Nota-se que todos os municípios, de modo geral, melhoraram seus percentuais. Assim, verifica-se que 11 municípios apresentaram taxa bruta de frequência escolar entre 75% a 80% e quatro municípios (Araranguá, Balneário Arroio do Silva, Balneário Gaivota e Turvo) apresentaram percentual acima de 80%.

Figura 2 - Taxa bruta de frequência à escola nos municípios da região, 1991 e 2000



Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

O IDH-M Educação, apresentado na Tabela 5, resulta, portanto, da análise desses dois indicadores apresentados: taxa de analfabetismo e frequência escolar. Observa-se que, em 1991, todos os municípios ficaram entre 0,715 a 0,798. Nesse ano, o melhor índice era do município de Araranguá e o pior de Santa Rosa do Sul. No ano de 2000, o IDH-M Educação ficou entre 0,850 (Praia Grande) e 0,908 (Balneário Arroio do Silva). Em todos os municípios os índices melhoraram, reflexo do bom desempenho nos indicadores taxa de alfabetização e taxa bruta de frequência à escola. O maior desenvolvimento foi conquistado pelo município de Santa Rosa do Sul, que avançou 20,14% no seu IDM-H e a menor variação foi do município de Maracajá, com 11,86%. Percebe-se que não há grandes disparidades nos municípios da região com relação ao IDH-M Educação, tanto em 1991 quanto em 2000. Dessa forma, pode-se afirmar que os municípios evoluíram de modo uniforme, com pequenas

variações nas taxas apresentadas. No entanto, SPG (2009) compara o IDH-M Educação dos municípios da região com o do estado de Santa Catarina e pode-se observar que, no ano de 1991, no estado, o índice foi de 0,808, consideravelmente superior àquele apresentado por grande parte dos municípios, uma vez que nenhum ultrapassou o índice de 0,800 – valor necessário para ser considerado um município com IDH-M Educação de alto desenvolvimento. Logo, pelos índices observados, os municípios possuíam desenvolvimento médio com relação a esse indicador. Em 2000, conforme exposto em SPG (2009), o estado apresentou um IDH-M Educação de 0,906 e, como já destacado, somente Balneário Arroio do Silva tem índice maior do que o estado e possui desenvolvimento alto nesse aspecto.

Tabela 5 - IDH-M Educação e a taxa de alfabetização dos municípios da região, 1991 e 2000

Municípios/Região/ Estado/País	IDH-M Educação, 1991	IDH-M Educação, 2000	Taxa de alfabetização, 1991	Taxa de alfabetização, 2000	Varição no IDH-M Educação
Araranguá	0,798	0,894	88,94	92,97	12,03%
Balneário Arroio do Silva	0,764	0,908	85,55	92,66	18,85%
Balneário Gaivota	0,763	0,877	85,39	90,37	14,94%
Ermo	0,725	0,854	82,17	89,32	17,79%
Jacinto Machado	0,736	0,854	83,59	89,48	16,03%
Maracajá	0,776	0,868	88,28	92,55	11,86%
Meleiro	0,754	0,872	86,12	91,07	15,65%
Morro Grande	0,749	0,849	86,32	89,41	13,35%
Passo de Torres	0,739	0,877	83,19	91,68	18,67%
Praia Grande	0,724	0,850	81,89	87,66	17,40%
Santa Rosa do Sul	0,715	0,859	82,27	90,37	20,14%
São João do Sul	0,733	0,849	83,84	87,84	15,83%
Sombrio	0,776	0,876	88,33	92,02	12,89%
Timbé do Sul	0,718	0,844	81,33	88,48	17,55%
Turvo	0,782	0,889	88,65	93,25	13,68%
Região*	0,750	0,868	85,06	90,61	15,73%
Santa Catarina	0,808	0,906	88,50	92,60	12,13%
Brasil	0,745	0,849	81,00	86,70	13,96%

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009) para os dados municipais, da região e do estado; a partir de PNUD (2009) para o IDH-M Educação do país; a partir de IBGE (2011) para os dados da taxa de alfabetização do Brasil.

Nota: (*) Para obter o IDH-M Educação da região, foi calculada a média dos municípios que a integram.

Renda

Quando se analisa o tópico da renda da população, o indicador que determina o seu IDH-M é a renda *per capita* do município. Na Tabela 6, pode-se verificar os dados referentes ao IDH-M Renda dos municípios, da região, do estado e do país.

Tabela 6 - IDH-M Renda e a renda *per capita* dos municípios da região, 1991 e 2000

Município/Região/ Estado/País	IDH-M Renda 1991	IDH-M Renda 2000	Variação IDH-M Renda 2001	Renda <i>per</i> <i>capita</i> , 1991	Renda <i>per</i> <i>capita</i> , 2000
Araranguá	0,644	0,719	11,65%	185,28	290,08
Balneário Arroio do Silva	0,604	0,706	16,89%	145,12	267,96
Balneário Gaiivota	0,609	0,676	11,00%	150,14	223,83
Ermo	0,637	0,687	7,85%	177,54	239,19
Jacinto Machado	0,600	0,649	8,17%	142,07	190,42
Maracajá	0,607	0,742	22,24%	148,00	332,05
Meleiro	0,700	0,759	8,43%	258,45	367,39
Morro Grande	0,674	0,665	-1,34%	220,88	210,13
Passo de Torres	0,616	0,673	9,25%	156,60	219,59
Praia Grande	0,638	0,673	5,49%	178,70	220,01
Santa Rosa do Sul	0,639	0,661	3,44%	178,81	204,64
São João do Sul	0,601	0,658	9,48%	143,09	200,71
Sombrio	0,62	0,707	14,03%	159,98	269,17
Timbé do Sul	0,598	0,708	18,39%	140,68	270,49
Turvo	0,718	0,753	4,87%	287,12	354,31
Região*	0,634	0,695	9,62%	178,16	257,33
Santa Catarina	0,682	0,750	9,97%	232,30	348,70
Brasil**	0,674	0,713	5,79%	123,01	170,85

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009) para os dados municipais, da região e do estado e; a partir de PNUD (2009) para o IDH-M Renda do país; a partir de Atlas (2009) para os dados de renda *per capita* do país, a partir da média dos municípios brasileiros.

Notas: (*) Para obter o IDH-M Renda da região, foi calculada a média dos municípios que a integram.

Pelo exposto, pode-se verificar que há um incremento de renda *per capita* entre 1991 e 2000 em todos os municípios, com exceção de Morro Grande, que teve queda na renda *per capita* de 1,34%, ocasionando uma redução no IDH-M do município, que passou de 0,674, em 1991, para 0,665, em 2000. Vale destacar também que este município apresentou uma queda no número de habitantes nesse período: de 3.693 habitantes, em 1991, passou para 2.917 habitantes em 2000. Ou seja, houve uma redução do nível de renda absoluta da população, acompanhada por uma queda do nível de renda relativa, e a primeira se deu de maneira mais acentuada que a segunda. Considerando que os demais municípios da região apresentaram um incremento na renda, há de se questionar quais os fatores que impactaram negativamente na variação da renda *per capita* de Morro Grande. Ainda, em razão de alguns municípios apresentarem aumento populacional, ao passo que outros apresentaram uma queda no número de habitantes entre os anos de 1991 e 2000, pode-se questionar se essa configuração não se deu em virtude de migração entre os municípios.

Na Tabela 7 estão relacionados os quinze municípios da região com as estimativas das migrações³ que ocorreram no período de 1997 a 2000 em cada um dos municípios.

Tabela 7 - Migrações internas dos municípios da região, 1997-2000

Municípios	População 1997	Nascidos vivos (1997 a 1999)	Média (2000)	Óbitos (1997 a 1999)	Média (2000)	Pop 1997 + nascidos - óbitos	Estimativ a pop. 2000	Possível migração
Araranguá	52.593	3.620	1.201	925	307	56.182	54.706	-1.476
Bal. Arroio do Silva	4.962	308	98	45	18	5.305	6.043	738
Balneário Gaivota	4.521	262	91	37	16	4.821	5.450	629
Ermo	2.125	146	53	26	12	2.286	2.057	-229
Jacinto Machado	10.772	699	223	193	64	11.438	10.923	-515
Maracajá	5.579	272	92	71	23	5.849	5.541	-308
Meleiro	6.867	288	119	134	42	7.098	7.080	-18
Morro Grande	2.657	125	43	33	11	2.781	2.917	136
Passo de Torres	3.818	257	79	44	16	4.094	4.400	306
Praia Grande	7.445	388	128	140	43	7.778	7.286	-492
Santa Rosa do Sul	7.830	392	127	139	45	8.165	7.810	-355
São João do Sul	6.885	369	116	94	33	7.244	6.784	-460
Sombrio	21.980	1.106	429	340	118	23.056	22.962	-94
Timbé do Sul	5.420	363	120	96	33	5.774	5.323	-451
Turvo	10.787	957	301	174	57	11.814	10.887	-927
Região	154.241	9.552	3.219	2.491	835	163.686	160.169	-3.517

Fonte: Elaboração própria a partir de IBGE (2011).

Os municípios de Balneário Arroio do Silva e Balneário Gaivota se encontram entre os que mais receberam migrantes, sendo Araranguá e Turvo as cidades que apresentaram as maiores perdas de população no período.

Ainda, com relação à renda, há de se avaliar a sua composição. Estas informações são apresentadas na Tabela 8.

Tabela 8 - Indicadores da composição da renda dos municípios da região, 1991 e 2000

Município	% da renda proveniente de transferências governamentais		% da renda proveniente de rendimentos do trabalho		% de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais	
	1991	2000	1991	2000	1991	2000
Araranguá	11,40	14,90	84,52	73,01	9,06	12,69
Balneário Arroio do Silva	12,78	18,93	82,91	65,56	11,84	16,61
Balneário Gaivota	12,88	18,20	81,99	65,49	11,45	17,20
Ermo	8,67	14,39	84,49	72,87	5,03	12,60
Jacinto Machado	9,16	15,58	86,77	75,01	6,02	14,73
Maracajá	11,62	13,16	84,56	72,28	8,61	11,64
Meleiro	7,11	13,69	84,35	73,05	5,05	11,77
Morro Grande	6,38	13,02	86,77	73,40	4,09	10,64
Passo de Torres	10,61	15,55	84,71	68,65	9,01	14,90
Praia Grande	9,25	16,71	82,84	71,09	7,12	14,59
Santa Rosa do Sul	7,68	14,08	86,16	73,81	5,93	12,27
São João do Sul	9,86	16,44	85,16	76,75	8,11	14,40
Sombrio	8,24	12,69	85,10	71,63	6,06	11,10
Timbé do Sul	8,97	15,40	86,35	75,75	6,01	12,64
Turvo	7,20	11,19	87,10	75,66	4,95	8,32

Fonte: Elaboração própria a partir de Atlas (2009).

A Tabela 8 mostra que em todos os municípios da região houve, entre os anos 1991 e 2000, um aumento no percentual da renda proveniente de transferências governamentais. Os municípios que apresentaram um maior incremento nesse percentual foram Morro Grande e Meleiro, com aumentos de 104,08% e 92,55%, respectivamente, entre os anos selecionados. Em contrapartida, todos os municípios selecionados apresentaram uma variação negativa entre os anos de 1991 e 2000 no que se refere ao percentual de renda proveniente de

rendimentos do trabalho. As variações mais significativas ficaram por conta de Balneário Arroio do Silva (-20,93%) e Balneário Gaivota (-20,12%).

Ainda, com relação ao percentual de pessoas com mais de 50% da renda proveniente de transferências governamentais, constata-se um aumento em todos os municípios da região. Vale ressaltar que são aumentos bastante significativos, uma vez que sete deles apresentaram mais de 100% de aumento nesse percentual. Morro Grande e Ermo, com 160,15% e 150,50% de incremento nesse percentual, respectivamente, são aqueles que mais se destacaram nessa análise.

Dessa forma, pode-se afirmar que houve um considerável aumento na participação do governo na composição da renda dessa região, ao passo que os rendimentos do trabalho tiveram uma perda relativa. Isso pode indicar uma falta de dinamismo econômico na região, visto que passa a haver uma dependência cada vez maior das transferências do governo para que haja um incremento na renda dessa população.

A dimensão renda apresentou o pior desempenho dentre os subíndices do IDH-M na região. Somente os municípios de Meleiro e de Turvo alcançaram um IDH-M Renda, em 2000, superior ao estado de Santa Catarina. Por fim, em relação à desigualdade de renda na região, de acordo com SPG (2009), o Índice de Gini (2000) revelou uma variação entre 0,47 (Morro Grande e Santa Rosa do Sul apresentaram a melhor distribuição de renda na região) e 0,62 (Meleiro e Maracajá apresentaram o pior desempenho). Em Santa Catarina, neste mesmo ano, o Índice de Gini foi de 0,56, enquanto o Brasil apresentou 0,594 (2001).

Considerações finais

As preocupações atuais do desenvolvimento regional estão, em grande parte, relacionadas à concentração industrial, às aglomerações geográficas das atividades econômicas e à desigualdade na distribuição pessoal e, principalmente, regional da renda. O planejamento no âmbito regional permite a avaliação das atividades econômicas, de suas localizações e dos problemas relativos à concentração ou à dispersão dessas atividades. Por estes motivos, o desenvolvimento regional deve ser promovido por meio do planejamento regional e, portanto, as SDRs surgem como uma estratégia nessa direção.

Na região investigada, observou-se que há uma concentração das atividades econômicas em poucos municípios, além de uma hegemonia do setor de serviços e da cultura do arroz no setor agrícola. Também se verificou que, apesar, das dimensões saúde e educação apresentarem padrões positivos ao longo do período de análise, a renda é a dimensão que exige maior atenção e, neste aspecto, ressalta-se a importância da geração de empregos formais, da ampliação do grau de escolaridade e da redução da desigualdade de renda. Na busca pelo desenvolvimento da região, o estudo propõe algumas estratégias nessa direção:

- i) mercado de trabalho: ressalta-se a importância de cursos profissionalizantes para capacitar os jovens e os adultos a um mercado de trabalho formal cada vez mais exigente em relação à qualificação e às competências profissionais na indústria e no comércio.
- ii) turismo: como setor com grande potencialidade para o desenvolvimento regional, deveria ser estimulado por meio de uma política de educação histórico-ambiental direcionada, principalmente, à população da região. A partir dessa conscientização, a esfera pública, associada às associações comerciais e à sociedade civil, deveria estabelecer como prioridades: a preservação ambiental, com investimentos na área de infraestrutura (saneamento, etc.); a qualificação profissional; e a preservação do patrimônio histórico cultural.
- iii) agropecuária: promoção de políticas ambientais; incentivo para a agricultura familiar, com o objetivo de ampliar o nível de renda e estimular a permanência da mão de obra no meio

rural; formulação de política agrária direcionada para o incentivo à diversificação das atividades, evitando seu desenvolvimento a partir, exclusivamente, da monocultura do arroz, à educação-capacitação técnica de jovens do meio rural e ao turismo rural.

No que diz respeito à área da longevidade, analisada a partir do IDH-M, verifica-se que houve avanço na esperança de vida da população da região, já que sete municípios conseguiram alcançar o alto desenvolvimento em 2000 e os demais se enquadraram no médio desenvolvimento. Os municípios que conquistaram uma esperança de vida mais alta e, por consequência, o melhor IDH-M Longevidade, foram Araranguá e Sombrio, com 74,72 anos. Além disso, ressalta-se que 14 municípios conquistaram índices melhores do que a média nacional, com exceção de Meleiro.

No quesito educação, todos os municípios alcançaram o alto desenvolvimento em 2000, assim como o IDH-M médio da região, de Santa Catarina e do Brasil. Turvo ocupou a primeira posição com relação à população alfabetizada, obtendo o terceiro IDH-M mais alto dos municípios, 0,889. Já no outro extremo, encontra-se Praia Grande, que, nesse mesmo ano, teve o menor percentual da população alfabetizada, 87,66%, obtendo o IDH-M de 0,850. Cabe ressaltar que Santa Catarina obteve o melhor índice em 2000, com 0,808.

A renda da região, área que merece ser aprofundada, conforme ressaltado nesse estudo, obteve grande incremento em relação ao percentual de pessoas com mais de 50% da renda provenientes de transferências governamentais. Vale destacar que são aumentos bastante significativos, uma vez que do total de municípios dessa região, sete deles apresentaram mais de 100% de aumento nesse percentual. Desta forma, os dados podem indicar uma falta de dinamismo econômico na região. Outra questão relevante é que esse aumento representa o avanço de 1991 a 2000 e, a partir de 2002, com a ampliação do Programa Bolsa Família, esse percentual possivelmente obteve acréscimo, que deve repercutir tanto na renda quanto na educação, já que para receber o benefício a criança deve ter presença na sala de aula.

É possível concluir que políticas direcionadas para intensificar o crescimento econômico e a redistribuição de renda deveriam ser priorizadas na região analisada. Além disso, chama a atenção o bom desempenho da educação básica da região, do estado e do país, resultado de gastos públicos direcionados à área, objetivando terminar com o analfabetismo. Como forma de desenvolvimento regional, a melhor opção seria a implantação de políticas de geração de emprego e a promoção de educação técnica e/ou superior, além do incentivo à agricultura familiar e a ampliação da planta produtiva da região.

Notas

¹As SDRs foram criadas pelo governador Luiz Henrique da Silveira, através da Lei nº 243, de 30 de janeiro de 2003, e alterada pela Lei Complementar nº 381, de 07 de maio de 2007.

²As Associações dos Municípios foram fundadas em 15.03.1946, visando a cooperação com municípios, instituições e afins, objetivando formular as iniciativas que visem às descentralizações administrativas e econômicas de modo a dotar os municípios de recursos financeiros, técnicos e administrativos, propondo, periodicamente, soluções objetivas aos problemas da realidade nacional, vinculados à recuperação e ao desenvolvimento dos municípios (ABM, 2010).

³Para estimar da migração interna, utilizou-se a metodologia proposta por Golgher (2004), que trabalha com o conceito de “saldo migratório”.

Referências

ATLAS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL. PNUD. Brasília. Disponível em: <<http://www.pnud.org.br/atlas>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

BOUDEVILLE, J. R. **Aménagement du Territoire et Polarisation**. Paris: Libraires Techniques, 1972.

BUTZKE, L.; THEIS, I. M.; GOULARTI, J. G. Qual “desenvolvimento territorial sustentável” para Santa Catarina? As Secretarias de Desenvolvimento Regional em questão. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 3., 2009, Blumenau. **Anais...** Blumenau: APEC, 2009.

COSTA, J. S.; NIJKAMP, P. (Orgs.). **Compêndio de economia regional**. Lisboa: Principia, 2010.

DAL PIZZOL, A. C. C.; MASSUQUETTI, A. Urbanização e desenvolvimento: um mundo plano ou acidentado?. In: ENCONTRO DE ECONOMIA CATARINENSE, 3., 2009, Blumenau. **Anais...** Blumenau: APEC, 2009.

FEDERAÇÃO DAS INDÚSTRIAS DE SANTA CATARINA - FIESC. **Santa Catarina em dados 2009**. Disponível em: <<http://www.fiescnet.com.br/>>. Acesso em: 10 nov. 2010.

_____. **Santa Catarina em dados 2010**. Disponível em: <<http://www.fiescnet.com.br/>>. Acesso em: 23 maio 2011.

GOLGHER, A. B. **Fundamentos da migração**. Belo Horizonte: UFMG, 2004. (Texto para discussão, n. 231). Disponível em: <<http://www.cedeplar.ufmg.br/pesquisas/td/TD%20231.pdf>>. Acesso em: 31 out. 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2011.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <<http://www.ipeadata.gov.br>>. Acesso em: 23 maio 2011.

KRÜTZMANN, V.; MASSUQUETTI, A. Análise do desenvolvimento socioeconômico no Sul do Brasil: impacto da reestruturação política, administrativa e fiscal nos estados do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina. In: WORKSHOP APDR, 5., 2010, Coimbra. **Anais...** Coimbra: APDR, 2010.

MEU LUGAR. **Plano de Desenvolvimento Regional: Projeto Meu Lugar**. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/SDRs/Ararangua/22_pdr.swf>. Acesso em: 10 dez. 2009.

PERROUX, F. O conceito de pólo de crescimento. In: SCHWRTZMAN, J. **Economia regional: textos escolhidos**. Belo Horizonte: UFMG, 1977.

PNUD. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Disponível em: <<http://www.cepal.org/brasil/noticias/noticias/3/34013/EmpregoDesenvHumanoTrabDecente.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2009.

SANTA CATARINA - Estado de Santa Catarina/Secretaria de Estado do Planejamento, Orçamento e Gestão/Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento/Projeto BRA

03/008. **Estudo diagnóstico da Regional Araranguá:** elaboração a partir das informações produzidas nas oficinas de diagnóstico. Florianópolis, 2005. Disponível em: <http://www.spg.sc.gov.br/proj_parcerias/meu_lugar/SDRs/Ararangua/Diagnostico_Regional_Ararangua.doc>. Acesso em: 17 dez. 2009.

SDR ARARANGUÁ. **Araranguá:** Secretaria de Estado do Desenvolvimento Regional. Disponível em: <<http://www.sc.gov.br/sdr/ararangua/mapamunicipiosararangua.htm>>. Acesso em: 23 maio 2011.

SPG. Secretaria de Estado do Planejamento do Governo do Estado de Santa Catarina. **Estatísticas:** resumo socioeconômico regional. Araranguá. Disponível em: <<http://www.spg.sc.gov.br/estatistica/regionais/ararangua.pdf>>. Acesso em: 20 dez. 2009.